

## **POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: uma análise na perspectiva foucaultiana do discurso**

*Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte<sup>1</sup>*

*Neffar Jaqueline Azevedo Vieira de Assis Brasil<sup>2</sup>*

*Eixo temático1: Alfabetização e políticas públicas*

**Resumo:** Este texto faz parte de uma pesquisa que, inspirada nos Estudos Foucaultianos em Educação, buscou analisar as verdades que sustentam os discursos na Política Nacional de Alfabetização (PNA). Para tal empreendimento, tomamos como referência a noção de discurso, apresentada por Michel Foucault, sobretudo, na aula de 02 de dezembro de 1970, intitulada “A Ordem do Discurso” (FOUCAULT, 2014). A partir do exercício de análise de alguns materiais que compõem a PNA, operando com os procedimentos externos do discurso, foi possível perceber que as verdades instituem-se em um determinado tempo pelo processo que interdita alguns discursos, valoriza e coloca outros em evidência.

**Palavras-chaves:** Política Nacional de Alfabetização; Análise de Discurso; Estudos Foucaultianos em Educação; Exercício Metodológico e Investigativo.

### **Introdução**

Para as análises que desenvolvemos foi importante lançar mão da complexa noção de discurso, apresentada por Michel Foucault, sobretudo, na aula de 02 de dezembro de 1970, intitulada “A Ordem do Discurso” (FOUCAULT, 2014). Para isso, não centramos “na análise das bases teóricas do discurso. Buscamos a produtividade que esse conceito foucaultiano podia oferecer-me ao operá-lo” (FERREIRA, 2009, p. 61). Assim, ao olharmos para os materiais da Política Nacional de Alfabetização (PNA) que foram selecionados, buscamos ver a função que se pode atribuir àquilo que é dito, como é dito e no momento em que é dito e que acaba por possibilitar entendimentos particulares sobre como se delineiam

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela UFSM. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. Contato: [patriciabragamonte@gmail.com](mailto:patriciabragamonte@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. Contato: [jaquelineassisbrasil@gmail.com](mailto:jaquelineassisbrasil@gmail.com)

as relações de força na sociedade, ou seja, as relações de poder e suas conexões com uma racionalidade política.

## **2 Fundamentação teórica**

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...] (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

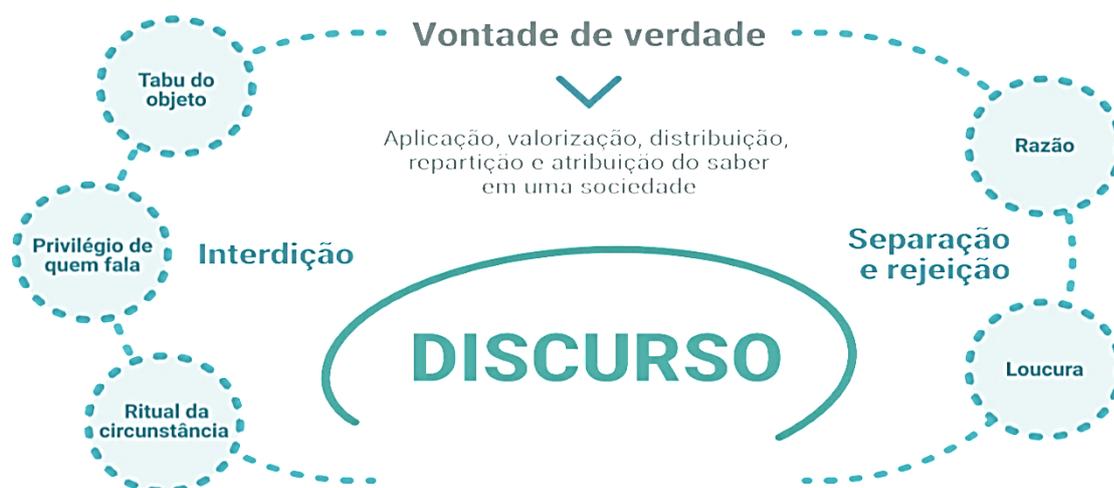
Os procedimentos externos da noção foucaultiana têm a função de dominar os poderes e os perigos dos acontecimentos discursivos na produção de condições de possibilidade para que determinado discurso seja valorizado como verdade ou excluído. Entre os procedimentos externos, selecionamos os sistemas de exclusão, que operam de três formas: interdição; separação e rejeição; e vontade de verdade.

A interdição acontece quando se tem o controle daquilo que pode ser dito (tabu do objeto), quem pode dizer (direito privilegiado e exclusivo de quem fala) e em que momento (ritual da circunstância). A exclusão também é exercida pela separação e rejeição, as quais são exemplificadas pelo binômio razão e loucura. Foucault (2014) diz que é pela palavra que se conhece o louco. A fala do louco, que antes era ignorada, passa a ser ouvida por diversos profissionais que permitem que ele se expresse, mas isso não impede a separação: “de um lado o doente que lhe é dada a oportunidade de expressar-se; do outro o sujeito que ocupa a posição de autoridade no discurso” (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013).

A vontade de verdade é o terceiro procedimento de exclusão que não se restringe à oposição entre verdadeiro e falso. Ela apoia-se sobre um suporte institucional e relaciona-se pelo “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014, p. 17).

O estudo e entendimento desses procedimentos externos serviram como um exercício para “fazer trabalhar o conceito foucaultiano de discurso” (FERREIRA, 2009, p. 70) a partir de um movimento analítico em que os discursos da PNA são produzidos de forma a atender uma ordem discursiva. Utilizando de uma imagem como um recurso didático, sintetizamos a apresentação dos sistemas de exclusão:

Figura 1 – Sistemas de Exclusão – Procedimentos Externos ao Discurso



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

### 3 Metodologia

Recorremos à noção foucaultiana do discurso para construirmos um percurso metodológico que nos permitisse analisar e problematizar os discursos da PNA como verdades deste tempo. A escolha pelos procedimentos externos emergiu do contato com os materiais na medida em que a análise de discurso colocou em evidência aquilo que era interdito nos discursos de alfabetização infantil pela PNA.

Assim, após a realização de uma leitura atenta dos documentos da PNA buscamos inspiração em Ferreira (2009) para classificar os excertos retirados, organizando-os em uma tabela com quatro colunas em que distribuímos os excertos retirados dos materiais, acrescentando a referência, a classificação pelos procedimentos externos de exclusão e alguns comentários sobre o que percebemos desse movimento de análise. A seguir, apresentamos uma amostra da versão final da tabela:

Tabela 1 – Mapeamento Discursivo

Excerto	Referência	Procedimento Externo	Comentários
A Política Nacional de Alfabetização [...] é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à	Caderno da PNA (BRASIL, 2019a, p. 10)	Interdição	O que parece ser a capacidade de atualização conceitual dos termos descarta a necessidade de pensar sobre o que não é nomeado (letramento).

numeracia.			
(17:17) [...] marcando um evento importante que é Conabe que é onde a gente tá tentando fazer um ponto de inflexão na educação brasileira trazendo o quê? Uma abordagem científica para educação no Brasil. Que que é abordagem científico? Pensamento científico tá baseado no pensamento aristotélico, resgatado por São Tomas de Aquino, consolidado por René Descarte. É o próprio pensamento cartesiano, a base desse pensamento. A base desse pensamento é evidências empíricas. Por mais bonito que seja teoria feita que a gente não consegue alfabetizar porque existe uma entidade malvada que vem de fora e impede. Contra fatos não há argumentos, como diria né, o povo.	Vídeo: Conabe - Abertura ministro Abraham Weintraub e secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim (WEINTRAUB, 2020a)	A vontade de verdade	Apagamento do caráter de invenção dos fundamentos. Controle sobre a divisão entre o bom e mau; entre o certo e o errado; entre o verdadeiro e o falso. Produção de um inimigo.
A partir da criação da PNA, o Ministério da Educação (MEC) nomeou um grupo de doze especialistas em alfabetização para compor o Painel Nacional de Especialistas em Alfabetização, Literacia e Numeracia. Composto de pesquisadores de diferentes áreas com doutorado e produção científica comprovada por índices bibliométricos e cientométricos nas áreas de alfabetização, literacia e numeracia.	Renabe (BRASIL, 2020, p. 25)	Interdição	Exclusão da construção de diferentes abordagens e pontos de vista; crença cega nas palavras e nas ações de um determinado grupo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

#### 4 O conceito foucaultiano do discurso em funcionamento nos discursos da PNA

A partir da noção de discurso foucaultiana foi possível analisar que o apagamento do letramento nos discursos da PNA pode ser entendido como uma forma de interdição, a partir do tabu do objeto. O ordenamento que interdita o termo letramento “marca uma posição política e autoritária clara para reduzir as discussões sociológicas, antropológicas, linguísticas e discursivas”. (BUNZEN, 2019, p. 48) nesse campo. Nesse sentido, a

legitimação do termo literacia pela PNA não pode ser entendida apenas como algo pacificado pelo avanço de pesquisas científicas. Essa legitimação resultou de uma complexa trama “que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: [...] que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (FOUCAULT, 2020, p. 148).

É essa trama, com suas regras, condições e lutas, que permitiu, neste momento, a opção pelo uso do termo literacia em detrimento do letramento nos discursos da PNA. Isso, entretanto, não ocorre de forma tranquila. Traz para a “arena [educacional] disputas, imposições, pelo que é válido ou não. Portanto, os discursos que circulam ou são interditados encontram no poder as suas condições de existir” (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013, p. 209-210).

Essa posição ficou ainda mais evidente, a partir da composição da equipe de pesquisadores e colaboradores que determina o direito de quem pode falar sobre a alfabetização – seus conceitos, definições, metodologias, sujeitos, práticas.

Art. 5º Será formado painel de especialistas para a elaboração do Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências - Renabe [...] § 1º O painel de especialistas será composto por doze pesquisadores de notório saber nas áreas de alfabetização, literacia ou numeracia, no âmbito das ciências cognitivas, os quais devem possuir doutorado e produção científica em alguma dessas áreas. § 2º Os membros do painel de especialistas serão indicados pelo Secretário de Alfabetização e nomeados pelo Ministro de Estado da Educação por meio de portaria (BRASIL, 2019c, s/p).

Na PNA, o direito privilegiado de fala ficou restrito a um pequeno grupo de políticos, pesquisadores, empresários e colaboradores que comungam de apenas um tipo de ciência cognitiva da leitura como único fundamento científico das práticas de alfabetização no Brasil. Eles também tomam como princípio uma face autoritária e mercadológica dessas práticas, a partir de uma proposta de padronização total do ensino e da aprendizagem (MORAIS, 2019) que, dentre outras coisas, defendiam vários projetos e programas do Governo que se encontravam em andamento: “a escola sem partido, o ensino domiciliar, as escolas cívico-militares, os ataques grosseiros e beligerantes às universidades públicas e a imposição da reforma da previdência e a reforma trabalhista” (MORTATTI, 2019a, p. 29).

O direito exclusivo de quem fala, além de deixar de fora um grande número de pesquisadores brasileiros e estrangeiros – que nas últimas quatro décadas publicaram um volume considerável de artigos, livros, anais, dissertações e teses – interditou tanto o professor alfabetizador quanto a própria criança que está sendo alfabetizada. Ao desconsiderar as evidências pedagógicas cotidianas que emergem das experiências docentes, a PNA vetou o professor como “um agente pensante, que decide sobre como alfabetizar seus alunos, buscando ajustar-se às necessidades e interesses de cada menino e de cada menina” (MORAIS, 2019, p. 74). Em relação às crianças, “a Política deixou de

ênfatizar as motivações, interesses, conhecimentos prévios e desejos dos aprendizes infantis” (MORAIS, 2022, p. 10) tal como era feito em propostas anteriores.

O outro procedimento de interdição que identificamos diz respeito ao ritual da circunstância, o qual, nesse caso, determina critérios para que uma pesquisa possa ser considerada válida para subsidiar as políticas públicas de alfabetização no Brasil: “COMO SABER SE UMA PESQUISA APRESENTA UMA EVIDÊNCIA CIENTÍFICA VÁLIDA?” (BRASIL, 2019a, p. 20). Conforme aponta o Caderno de Apresentação, as pesquisas que utilizam desenho experimental, que envolvem grupos de controle em laboratórios ou em espaços cujas variáveis são extremamente controladas e isoladas, são tomadas como as únicas de validade científica.

Para que uma evidência seja considerada válida e, por conseguinte, possa fundamentar políticas públicas educacionais, devem-se observar alguns parâmetros mínimos, a saber: **a) a análise da metodologia dos estudos:** se a pesquisa se valeu de um desenho experimental ou de outras metodologias igualmente rigorosas; se os resultados dos alunos submetidos à intervenção foram comparados com os de estudantes semelhantes não submetidos a ela; **b) a análise da qualidade dos dados:** se os pesquisadores se certificaram de coletar, armazenar e examinar cuidadosamente os dados e se relataram metodicamente os procedimentos seguidos em cada etapa e as limitações do estudo; **c) o respaldo da comunidade científica:** se o estudo foi publicado em periódico científico para que outros pesquisadores avaliassem os resultados, revisassem os métodos utilizados na pesquisa e pudessem repeti-la em outros contextos; **d) o uso de metanálises:** se a decisão é tomada com base em metanálises, ou seja, em estudos (revisões sistemáticas) que compilam um conjunto de evidências e determinam o estado da arte ou o conhecimento mais atual acerca de um objeto (BRASIL, 2019a, p. 20 – grifos do original).

A determinação desses critérios não só afirmou que apenas uma metodologia é válida como também interditou uma série de pesquisas nacionais e internacionais de outras matrizes teórico-epistemológicas que apresentaram outras evidências sobre os problemas da alfabetização no Brasil, principalmente, as que alegaram a relação desses problemas ao conjunto de “fatores educacionais, sociais, econômicos e políticos, responsáveis pelas desigualdades sociais [...] e a falta de investimentos prioritários na escola pública e gratuita” (MORTATTI, 2019a, p. 27).

## 5 Considerações Finais

Os discursos, ao disseminarem-se por todo o tecido social, organizam e ordenam os sentidos a partir de um conjunto de regras e procedimentos externos e internos. Isso nos levou a considerar que os discursos de alfabetização infantil são controlados, selecionados, organizados e distribuídos pelo conjunto de leis, políticas, relatórios, manuais,

vídeos, postagens, publicações, programas que atuam como uma espécie de delimitador daquilo que pode ou não ser dito.

Nessa perspectiva, dar visibilidade às sínteses discursivas da Política Nacional de Alfabetização (PNA) que chegam até nós e que passam a serem aceitas como naturais, tornou-se relevante à medida que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar. Existem relações de poder/saber que impõem limites e excluem determinados discursos.

Dentre os perigos dos procedimentos de interdição nos discursos da PNA está à pretensa “imparcialidade científica e neutralidade ideológica [...], baseada em irrefutáveis resultados de pesquisas estrangeiras” (MORTATTI, 2019b, p. 47) que afirmam acompanhar o progresso científico e metodológico no campo da alfabetização, a fim de colocarem-se como inquestionáveis; e a proliferação e circulação de uma única abordagem a partir da adesão em massa de estados e municípios, mediante dotação orçamentária e assistência técnica; financiamento de pesquisas e projetos; padronização dos currículos de formação docente; incentivo à capacitação de gestores e promoção de mecanismo de certificação; difusão de recursos educacionais, compra de livros e materiais didáticos (BRASIL, 2019b). Essas são algumas questões que a análise foucaultiana de discurso nos provocou a desnaturalizar e colocar em suspenso.

Para finalizar, destacamos que o exame da PNA sob a égide da análise foucaultiana de discurso foi um exercício metodológico e investigativo que aprendemos com a professora e pesquisadora Clarice Traversini e com o professor e pesquisador Maurício Ferreira e desejamos compartilhar com os leitores. Não “como um modelo a ser seguido, mas como uma forma de uso do discurso como ferramenta de pesquisa, permitindo nos dar conta de que há uma ordem discursiva” (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013, p. 223) no presente, que fragiliza a escola inclusiva e democrática e impõe novas problematizações.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Caderno de Apresentação. Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019a. 54 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.765**, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília. 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.460**, de 15 de agosto de 2019. Institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. Brasília. 2019c.

BRASIL. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Alfabetização - Sealf. – Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020.

BUNZEN, Clecio. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. Política Nacional em foco: olhares de pesquisadores e professores. **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAlf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 44-51, jul./dez. 2019.

- FERREIRA, Maurício dos Santos. **Curriculum Vitae**: selecionam-se jovens que buscam, nas páginas do jornal, oportunidades de trabalho e que possuam... – Porto Alegre, 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009.
- FERREIRA, Maurício dos Santos. TRAVERSINI, Clarice Salete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019. FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. Política Nacional em foco: olhares de pesquisadores e professores. **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.66-75, jul./dez. 2019.
- MORAIS, Artur Gomes de. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.16 (Edição Especial), p.1-14, maio 2022.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. Política Nacional em foco: olhares de pesquisadores e professores. **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 26-31, jul./dez. 2019a.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2019: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. **OLHARES** - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, p. 17-51, n. 3, nov. 2019b.
- WEINTRAUB, Abraham. Ministro da Educação. Conabe – Abertura ministro Abraham Weintraub e Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. **Youtube**, 28 fev. 2020a. vídeo: 23:57. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jRJVAv4d5o0>>. Acesso em 30 jul. 2022.
- .